

REFLEXÕES SOBRE O QUE AS CRIANÇAS, EM IDADE ESCOLAR, ENTENDEM POR FAMÍLIA

Ana Luíza Tomazetti Scholz^{*}

Ana Luíza Xavier Scremin^{**}

Cristiane Bottoli^{***}

Vanessa Fontana da Costa^{****}

Resumo: Este trabalho consiste em um relato de um trabalho, realizado com crianças do quarto ano do ensino fundamental, de uma escola particular do interior do Rio Grande do Sul. O material apresentado refere-se à utilização da técnica de desenho-estória, que objetivou fazer com que as crianças representassem o que é família, através de um desenho e posteriormente da escrita de um pequeno texto. A atividade realizada faz parte de um Projeto de Extensão vinculado ao Centro Universitário Franciscano. Percebeu-se a associação do conceito de família ao cuidado, a segurança e principalmente a aspectos de vinculação. Foram representadas diversas configurações familiares, um reflexo da realidade social atual, na qual cada vez mais família é uma construção subjetiva e individual e não algo apenas estabelecido socialmente, sendo fortemente significada através dos laços que constrói e mantém. Foi de grande importância desenvolver o presente trabalho no ambiente escolar, pois as crianças sentiram-se seguras e livres para se expressar, o que proporcionou trocas e reflexões entre os colegas, reforçando duas realidades importantes na vida delas, a sua família e a escola.

Palavras-chaves: Família. Escola. Crianças. Relação.

Introdução

A pós-modernidade trouxe consigo uma nova maneira de compreender funções e papéis de homens e mulheres, considerando as mudanças no mercado de trabalho, na estabilidade profissional e também no cuidado e manutenção da casa. Tais transformações desencadeadas pelo novo século indicam ainda que é extremamente necessário refletir sobre a família e as diferentes configurações parentais que permeiam esta época. Afinal, através da

^{*} Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário Franciscano. E-mail: anascholz@gmail.com

^{**} Psicóloga. Aluna egressa do Centro Universitário Franciscano. E-mail: a.luiza.xavier@hotmail.com

^{***} Mestre em Psicologia e Docente do Centro Universitário Franciscano. E-mail: cbottoli@hotmail.com

^{****} Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário Franciscano. E-mail: vfc_vanessa@yahoo.com.br

observação das relações familiares e seus laços afetivos é possível perceber, assim como refletir, sobre os impactos que as demandas atuais têm sob as crianças e suas consequências na família e no exercício da parentalidade.

As crianças, sujeitos desse mundo contemporâneo, têm sido expostas à diferentes configurações familiares: monoparentais, homoafetivas, pais separados, avós que assumem o lugar de pais, entre outros. Diante disso, há um deslocamento de uma noção de sociedade patriarcal e família “tradicional”, pai, mãe e filhos, para uma perspectiva social e familiar mais ampla, não estagnada, mutável, singular, porém, ainda considerada família.

A partir dessas mudanças, torna-se imprescindível que as crianças tenham a possibilidade de discutir e compartilhar seus sentimentos, suas experiências e até mesmo suas inseguranças em um local onde se sintam seguras e acolhidas. Assim, a escola passa a ser não somente um ambiente de aprendizagem, mas sim um espaço potencial para trocas e discussões. A escola, como segundo grupo social da criança, assume muitas vezes, um lugar importante para seu desenvolvimento, possuindo características que funcionam como um dispositivo, permitindo que as mesmas, tragam questões pessoais para dentro do grupo, fazendo com que se sintam confortáveis para se expressar.

Adicionado a isso, no ambiente escolar, as crianças têm a oportunidade de serem amparadas pela rede de apoio que o constitui: corpo docente, coordenação e direção. Assim, este trabalho se propôs a conhecer o que as crianças entendem e percebem sobre família e configurações parentais, levando em consideração as mudanças trazidas com a pós-modernidade, e utilizando-se do aparato teórico da Psicologia e do ambiente potencializador que é a escola.

2 Desenvolvimento

O presente artigo é fruto de uma pesquisa realizada em uma escola particular do interior do Rio Grande do Sul, onde participaram vinte e cinco crianças, de ambos os sexos, em média com nove anos de idade, estudantes do quarto ano do Ensino Fundamental. A técnica utilizada foi do Desenho-Estória (D-E) que consiste em desenhos livres, seguidos de histórias também livres, sendo a temática definida de acordo com os objetivos da pesquisa (TRINCA; TARDIVO, 2007). Sendo assim, para esta prática foi solicitado aos participantes que fizessem uma sequência de três D-E, primeiramente sobre família e sobre o pai e a mãe, nesta ordem. Não sendo definido o conteúdo do D-E apenas a temática.

A aplicação ocorreu em grupo, na sala de aula, em horário de aula, disponibilizado pela escola para a atividade, com a presença da professora responsável pela turma. Neste artigo serão apenas analisados os D-E referentes à temática da família. Posteriormente à coleta de resultados, foi realizada uma atividade de devolução com as crianças, para a qual foram disponibilizados adjetivos, encontrados nos textos produzidos pelas mesmas, para que eles em conjunto adjetivassem dois bonecos de papel, um representando a mãe e outro o pai. Após foi perguntado o porquê de tais qualificações, buscando certa reflexão sobre aquilo que eles tinham produzido sobre a sua família.

A análise dos dados obtidos foi feita pela Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2004), onde primeiramente foram descritas e catalogadas as produções individuais de cada aluno, posteriormente foi feita uma análise geral de todo o material (gráfica e de significado), destacando o que foi mais significativo e recorrente nas produções individuais e analisando-as coletivamente. A pesquisa realizada faz parte do Projeto de Extensão (PROBEX) vinculado ao Centro Universitário Franciscano, “Refletindo sobre a parentalidade e a separação conjugal: trabalhando com grupos”.

Foram respeitados os critérios éticos estabelecidos para Pesquisas em Psicologia com Seres Humanos, contidos na Resolução Nº 016/2000, do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Conselho Nacional de Saúde, Resolução Nº 466/2012, garantindo ao participante o anonimato, o sigilo das informações e conhecimento sobre a pesquisa, sendo estes pré-estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos pais ou responsáveis, e pelo Termo de Assentimento, assinado pelos participantes, em conjunto com este termo foi perguntado aos participantes com quem os mesmos residiam, sendo assim possível ter uma noção de sua estrutura familiar interferindo minimamente na produção do D-E que viria a seguir.

Por ser uma instituição que sofre inúmeras influências, a família, tem se adaptado às mais diversas exigências, em diferentes épocas, contextos e culturas. O aumento no número de divórcios e os fatores econômicos e sociais atuais, que indiretamente influenciam a configuração da família, trazem à tona a importância da família ser analisada dentro de um contexto cultural (HINTS, 2001). A “nova família” pode se caracterizar pelas diferentes formas de organização, pelo seu relacionamento e pessoas que convivem e dividem um mesmo cotidiano. Os arranjos diferenciados podem ser propostos por diversas formas, revendo os conceitos, renovando os já estabelecidos e redefinindo papéis desempenhados pelos integrantes do grupo familiar.

Esses diversos arranjos, podem variar em sua composição, como exemplo casal e seus filhos, uniões de pessoas do mesmo sexo, casamento com filhos de outros relacionamentos, mães solteiras, filhos de pais ou mães diferentes, pais solteiros, avós e netos e outras infinitas possibilidades, colocando-os diante de uma família diferenciada do modelo de família nuclear tradicional. Como consequência dessas mudanças na sua configuração e estrutura, têm-se as transformações das relações de parentesco dentro dessas famílias, encontrando-se cada vez mais famílias com papéis difusos, diferente dos modelos tradicionais, onde eram rigidamente definidos (OLIVEIRA, 2009). Assim, desde que a família continue sendo o lugar de proteção, de socialização e de estabelecimento de vínculos, não importa se é família ampliada ou nuclear, elementar ou complexa e a configuração que ela possua, ela será sempre família (HINTS, 2001).

A família é o principal agente de socialização da criança, com grande influência na aquisição das suas habilidades, valores, crenças, modos de agir. É a primeira mediadora entre a criança e a cultura, constituindo as relações afetivas, sociais e cognitiva, oriundas das condições históricas e culturais de um grupo social. As experiências, individuais e grupais que são vividas dentro do ambiente familiar, propiciam à criança formas de lidar com situações fora do contexto da família e na resolução de problemas (DESSEN & POLONIA, 2007).

A inserção da criança no contexto escolar implica em um processo de mudança, onde ela sai do meio familiar a fim de estabelecer novas relações sociais e de aprendizado. A entrada na escola faz com que a criança tenha contato com outras crianças e outros valores. Desta maneira, a escola torna-se uma aliada da família, duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos, a construção de conhecimento, contribuindo para a formação da subjetividade da criança, atuando como propulsoras do crescimento intelectual, emocional e social (DESSEN; POLONIA, 2007).

Desta forma, através do processo de socialização, primeiramente realizado na família, a criança constrói suas representações sobre os papéis sociais, internalizando atitudes e valores ao comportamento que desempenhará na vida adulta. Assim, tanto na família quanto na escola, a criança vai entendendo este mundo social, com suas normas e regras, constituindo-se neste processo (ROSA, 2001). Assim a família tem muito a contribuir com a escola, e esta tem muito a dizer desta família, também a partir dos seus principais autores que são as crianças, sujeitos deste estudo que a seguir será apresentado.

3 Resultados

A partir dos desenhos e histórias produzidos pelas crianças para o referido trabalho, pode-se inferir que o conceito de família encontra-se intimamente ligado aos laços estabelecidos pelas crianças com os adultos ao seu redor. Entre esses laços destacam-se os com pais, avós, irmãos e até mesmo, animais de estimação; por esse motivo, é interessante perceber que as crianças significam a palavra família considerando a presença, o afeto e também, os vínculos gerados com cada componente e não apenas por padrões previamente instituídos em nossa sociedade. Raposo et al (2011) corroboram com estes aspectos, citando os casos de separação conjugal, onde fim do casamento não é em si traumático para a criança, o fator que mais abala os filhos psiquicamente e fisicamente é a ruptura de laços, representada pelas brigas, e pelo afastamento de um dos pais. Destacando assim, que o afeto e os vínculos construídos a partir da convivência familiar, é o que realmente importa quando se fala da família, independente de sua configuração.

Além disso, Amazonas e Braga (2006) afirmam que a denominação família não diz respeito a uma família única e delimitada, o que existem são laços que se constituem através das diferentes configurações familiares, processos de vinculação e pertencimento. É possível considerar ainda que “família” seja uma escolha, uma afiliação, e como tal, deve ser compreendida e aceita à medida que permeia o individual e coletivo de cada sujeito e sociedade. Tais afirmações podem ser corroboradas pelo presente estudo, quando, ao analisar os desenhos das famílias, se observou que as crianças desenharam mais perto de si aqueles com quem estabelecem um vínculo mais profundo e diário, ao mesmo tempo em que colocam distantes e até mesmo ausentes, aqueles que não percebem como pertencentes à sua configuração familiar.

Outro elemento importante foi o de como a criança se representa nesta família, sendo que nestes casos, os desenhos mostraram as mais variadas formas de se colocar nesse contexto. Algumas não se desenhavam com a família, ou quando há a representação de si mesma, por vezes, ocorreu em um patamar mais abaixo dos demais membros, ou distante. Nos casos de separação conjugal, quando eram desenhadas duas famílias, a criança aparecia com quem reside ou representava-se de forma duplicada, o que pode estar associado às angústias advindas do processo de separação, no qual a criança sente que precisa se dividir para agradar ambos os pais.

De acordo com a pesquisa realizada por Brito (2007), os filhos nunca aceitam totalmente a separação dos pais, sempre possuem a esperança da reconciliação e a sensação de incompletude quando esta não ocorre. O divórcio influencia diretamente na formação dos filhos, principalmente se ocorre na sua infância, podendo desencadear solidão, insegurança, saudade quando um dos pais se afasta, por isso é de grande importância o contato com ambas as famílias e o diálogo sobre a nova situação familiar.

Outro fator importante é que a partir das novas relações de poder econômico e social entre homens e mulheres, a figura paterna tem perdido sua onipotência, deixando de passar a imagem de único provedor da família. Nesse sentido, a mulher passa a dividir e muitas vezes até substituir o homem no papel de “mantenedora do lar” (AMAZONAS; BRAGA, 2006). Nos desenhos analisados foi muito perceptível essa transformação, pois, a mãe, na maioria das vezes, ocupa um espaço maior que o do pai, geralmente próxima à criança, independente de morarem juntos ou não. Além disso, nas histórias escritas, a mãe é colocada como responsável por impor limites, cuidar da casa, organizar as tarefas. Assim, a figura materna passa a atuar como provedora e mantenedora do lar, conduzindo a figura do pai para um espaço de brincadeiras, diversão e admiração enquanto a mãe é caracterizada como brava e estressada.

Nos casos de separação conjugal, identificou-se também uma diferença nas representações materna e paterna, onde a criança desenhou a família que mora com ela, ou seja, quem possui sua guarda legal. Em nenhum desenho identificou-se a falta da mãe, estando a figura materna sempre presente na vida da criança, o que não ocorre na representação do pai. Tal fenômeno pode ocorrer devido a tendência ainda da guarda unilateral ser dada à mãe, reforçando o lugar destino à ela, onde o mito do amor materno acaba sobrecarregando-a nos cuidados com os filhos, já que conforme tal perspectiva o cuidado é inerente à figura feminina, e consequentemente afasta o pai do convívio. Essa segregação de funções e habilidades se dá em decorrência de conceitos sociais do feminino e masculino, que estão cada vez mais em transição, tendo em vista a realidade social atual e a desconstrução dos estereótipos de gênero (SCHNEEBELI; MENANDRO, 2014).

Assim, na maior parte dos casos o pai não aparece no desenho, pois não mora com a criança, e em outros, a criança representa todos os membros de sua família juntos, possivelmente em referência a um desejo de reconciliação dos pais. Alguns casos trazem a família duplicada, dividindo a folha entre os dois contextos de sua realidade, por vezes desenha a si mesma representada nas duas famílias, em outros casos não se desenha,

mantendo-se fora da sua representação de família. Para Schneebeli e Menandro (2014) a principal preocupação do ex-casal é com o bem estar dos filhos, em como eles irão perceber a separação dos pais e como ficará a rotina após a mesma, pois na realidade, a separação pode tanto aumentar o convívio, o vínculo e a qualidade das relações parentais, como diminuir o contato entre pais e filhos.

Além dos pais, os avós se tornaram figuras muito presentes nos desenhos das crianças, recebendo um papel participativo e afetivo de muito significado para elas. Adicionado a isso, eles representam também uma função de cuidado e atenção, indicando que estão, cada vez mais, presentes no cotidiano de seus netos e envolvidos nos seus processos de criação e desenvolvimento. Segundo Amazonas e Braga (2006), essa participação frequente dos avós contemporâneos na vida dos netos, apesar de seus benefícios, pode apresentar também uma sobrecarga, pois eles tratam e agem com seus netos da mesma forma, ou mais condescendentes ainda, com que criaram seus filhos.

Com relação aos textos produzidos pelas crianças sobre a família, percebeu-se a descrição de momentos específicos de convivência, rotina familiar e adjetivos diversos aos principais cuidadores, como “legal”, “amorosa”, “briguenta”. Levy e Jonathan (2010) expõem o quanto a rotina familiar, o trabalho dos pais, bem como os conflitos e dificuldades influenciam a criança, que acaba introjetando tais questões, adaptando-se à rotina dos pais e sofrendo com problemas que não seriam diretamente relacionados à ela. Assim, muitas vezes, os momentos de convivência e lazer, acabam ficando restritos aos fins de semana ou feriados, fazendo com que as crianças valorizem e esperem por tais momentos ansiosamente. Em geral foram estes momentos descritos nos textos, desde um passeio para um local diferente até as brincadeiras caseiras que fizeram com seus pais, onde destacaram-se o vínculo e a experiência desses momentos de convivência familiar.

Conclusão

Desenvolver este trabalho em ambiente escolar se mostrou uma experiência rica de trocas e reflexões acerca do conceito de família. É de grande importância o contato entre os diferentes contextos que compõem a vida da criança, por isso deve-se incentivar e valorizar cada vez mais a relação entre família e escola, e propor debates sobre um tema tão importante na vida da criança. A escola é um lugar onde a criança sente-se segura, a vontade para se expressar e falar de si, possivelmente por isso todas as crianças que participaram deste estudo

representaram, através dos desenhos e histórias, suas famílias de forma motivada e espontânea. Além disso, o fato de estarem entre colegas da mesma faixa etária, incentivou uma troca entre perspectivas e vivências, pois muitos têm os mesmos conflitos, e outros nunca tinham pensado em algumas questões abordadas, com relação principalmente a como seus pais agem, como eles se veem inseridos na família e principalmente as diferentes formas e configurações familiares.

Percebe-se assim, a família diretamente associada ao cuidado, ao afeto, mostrando-se como um local seguro para as crianças, associada mais diretamente ao convívio diário, ou seja, família é quem reside com as crianças, abrangendo além dos pais, tios, avós, primos, animais, não incluindo, na maioria dos casos, os pais que moram em outra casa, mesmo que nos relatos identifique-se um contato assíduo deles na vida dos filhos. Desta forma, a representação de família se dá baseada no contato diário, da mesma forma que as responsabilidades e rotinas dos adultos permeiam a criança, fazendo-a descrever sua família através dos horários e compromissos de cada membro familiar.

Outro elemento que foi bastante destacado pelas crianças, são os adjetivos utilizados para definir os pais, também relacionados com as atividades desenvolvidas por eles, ou seja, aquele que reside com a criança em geral é “brabo” e “chato” devido às cobranças; aquele que visita é “legal”, “divertido”, ressaltando que ambos são adjetivados de forma afetiva, expondo um cuidado e dedicação para com os filhos, porém de forma diferente. Definições estas permeados por conceitos construídos socialmente e que influenciam as reações diante de determinados comportamentos, especialmente os que dizem respeito aos lugares do pai e da mãe diante da família e dos filhos.

Sendo assim, pode-se inferir que a visão das crianças sobre família é definida a partir da singularidade de seus membros e de como essa família se configura e se estrutura. Essas ideias corroboram com o argumento de que, atualmente, não se tem mais uma definição única de família, pois ela é mutável, adaptável, definida principalmente a partir dos vínculos estabelecidos entre seus membros. Assim, a instituição familiar dificilmente será extinta ou simplesmente manipulada a partir de modelos pré estabelecidos e estereotipados, pois sempre ela será diferente, singular e única, ou seja, precisamos sempre pensar que estamos diante de “famílias”.

Desta forma, diante de cada nova configuração familiar, surgirá um novo conceito a ser acrescentado à palavra ‘família’; e para cada criança, a necessidade de uma nova rede de apoio, acolhimento e vínculo, de dentro delas está a instituição escolar que necessita estar

aberta sempre à esta novidade. Conclui-se então, que, novas formas de falar em família significa apenas diferentes maneiras de se dirigir à um grupo onde a proteção, o amor e a pertença, simbolizam laços que vão muito além de qualquer configuração que se possa ter.

Referências

AMAZONAS, M. C. L. de A.; BRAGA, M. da G. R. Reflexões a cerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. IX, n. 2, p. 177-191, jul./dez. 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRITO, L. M. T. de. Família Pós-divórcio: A visão dos filhos. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, Rio de Janeiro-RJ, 27(1), p. 32-45, 2007.

DESSEN, M. A. P.; POLONIA, A. da C. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, DF. Brasil, 2007. p. 21-32

HINTZ, H. C. **Novos tempos, novas famílias? Da modernidade a pós-modernidade**. Porto Alegre: UFRJ, 2001.

LEVY, L.; JONATHAN, E. G. Minha família é legal? A família no imaginário infantil. **Revista Estudos em Psicologia**, Campinas-RJ, 27(1), p. 49-56, 2010.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 64-107.

RAPOSO, H. S.; FIGUEIREDO, B.F.C.; LAMELA, D.J.P.V.; NUNES-COSTA, R.A.; CASTRO, M.C.; PREGO, J. Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. **Revista de Psicologia Clínica**, Portugal, 38(1), p. 29-33, 2011.

ROSA, D. L. A Escola e a formação do sujeito moral: possibilidades e limites da Instituição escolar. **Revista da FACED**, nº 05, 2001 p.13 -26.

SCHNEEBELI, F. C. F.; MENANDRO, M. C. S. Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. **Revista Psicologia & Sociedade**, Espírito Santo, 2(1), p. 175-184, 2014.

TRINCA, W.; TARDIVO, L. Desenvolvimentos do processo de desenhos-estórias (D-E). In: J. A. Cunha. **Psicodiagnóstico: V** (pp.428-438). Porto Alegre: Artmed. 2007.